



TCU debate boa governança com senadores e governadores

Seminário promovido pelo tribunal visou apresentar a governadores eleitos diagnóstico das áreas de educação, saúde, infraestrutura, previdência e segurança pública

No seminário, o presidente do TCU, Augusto Nardes, considerou a boa governança fundamental para reduzir a corrupção e permitir a melhoria dos serviços públicos. O vice-presidente da República, Michel Temer, manifestou

o apoio do governo federal à iniciativa e defendeu a união da classe política pelo desenvolvimento do país. Representando o Senado, Antônio Aureliano destacou as medidas administrativas e de transparência adotadas pela Casa. **3**

Na abertura do seminário, Augusto Nardes (C), entre Henrique Alves e Michel Temer, com os senadores Rodrigo Rollemberg (E) e Antônio Aureliano (D)



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Líderes Aloysio Nunes, do PSDB, e José Pimentel, do governo, antecipam embate previsto para hoje

Prisões repercutem na CPI mista

Oposição consideram que operação da Polícia Federal que prendeu corruptores vai fortalecer

a convocação de políticos, enquanto governistas alertam para falta de colaboração de depoentes. **5**

Juizes propõem criação de instituto global em defesa do meio ambiente **6**

Eleições para o Senado podem ter reserva de vagas para mulheres **2**

Jovens senadores tomam posse hoje

Os 27 finalistas do Projeto Jovem Senador 2014 foram recebidos ontem no Senado. Hoje eles dão início a “mandatos” de três dias em que vão elaborar e debater sugestões de leis. Amanhã, o Plenário da Casa vota duas propostas sugeridas por estudantes em edições de anos anteriores. **8**



Estudantes são recebidos por diretores do Senado: semana intensa de atividades

especial Cidadania

Satélite brasileiro destinado a ampliar a banda larga será tema de audiência **7**

Proposta permite entrada de capital estrangeiro no setor de saúde **7**

Projeto que altera regras para calcular superávit fiscal tem 80 emendas **4**

Comissões permanentes definem sugestões às diretrizes do Orçamento **4**

Ação contra racismo em uniformes

Comissão de Direitos Humanos deve sugerir aos clubes de futebol que gravem nos uniformes mensagens contra o racismo. Ideia surgiu durante debate, ontem. **7**



Audiência resultou em proposta para os clubes esportivos

Pedro Franco/Agência Senado

NOVEMBRO AZUL: TROQUE O PRECONCEITO PELA PREVENÇÃO

O câncer de próstata é a segunda causa de morte entre os homens no Brasil, atrás apenas das doenças cardíacas. Por isso o Congresso Nacional apoia e participa do Novembro Azul - campanha mundial de conscientização dos homens para a necessidade da prevenção à doença. O exame de próstata não tira a masculinidade de ninguém e o diagnóstico precoce aumenta muito as chances de cura. Troque o preconceito pela prevenção e viva com mais saúde.

Comissão analisa vagas para mulheres no Senado

Projeto que busca aumentar a representação feminina na Casa estipula que, nas eleições para renovação de dois terços dos senadores, uma das duas vagas em disputa em cada estado será reservada a mulheres

ESTÁ NA PAUTA da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) de amanhã projeto que busca aumentar a participação feminina no Senado. O PLS 132/2014, de Anibal Diniz (PT-AC), prevê que, nas eleições em que houver renovação de dois terços da bancada da Casa, uma das duas vagas em disputa em cada estado será reservada ao sexo feminino.

No Senado, os mandatos duram oito anos. A renovação não se dá de uma vez, na mesma eleição. Em um pleito são eleitos 27 senadores (um terço) e, na seguinte, quatro anos depois, 54 (dois terços). A intenção de Anibal é alterar a regra apenas nas eleições em que há renovação de dois terços da Casa, como em 2018.

Nas eleições deste ano, com renovação de um terço, dos 27 senadores eleitos, apenas 5 são mulheres, o que corresponde a 18,5% do total. O percentual, embora ainda baixo, é superior ao registrado nas últimas eleições para o Senado, em 2010, quando estavam em disputa



Bancada feminina do Senado após cerimônia de posse, no início de 2011

54 cargos e foram eleitas 7 senadoras, o equivalente a 13% das vagas.

Segundo o autor do projeto, os números colocam o Brasil nas últimas posições do ranking de participação feminina, abaixo de diversos países que não adotam reserva de vagas. Para ele, a reserva de 30% das candidaturas para mulheres, prevista na lei brasileira, não tem surtido efeito. "Esse percentual não se replica, contados os votos, nas relações dos eleitos", argumen-

ta o senador na justificativa do projeto.

O relator do texto, Paulo Paim (PT-RS), apresentou relatório favorável à aprovação. A decisão da comissão é terminativa. Isso significa que, se não houver recurso ao Plenário, o projeto seguirá para a Câmara.

Na mesma reunião, a CCJ pode analisar a PEC 57/2012, que veda a divulgação de pesquisas eleitorais nos 15 dias que antecedem as eleições em primeiro e segundo turnos.

Marta Suplicy reassume mandato de senadora

Marta Suplicy (PT-SP) reassumiu o mandato no Senado na última quinta-feira, depois de passar pouco mais de dois anos licenciada para chefiar o Ministério da Cultura. Com o retorno da senadora, Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) deixa o Senado e volta a exercer o cargo de vereador em São Paulo.

Marta foi eleita senadora em 2010 na segunda vaga do estado de São Paulo. Ela obteve 8.314.027 votos, superando por cerca de 540 mil votos o candidato Netinho (PCdoB). No estado, o

primeiro lugar para o Senado ficou com Aloysio Nunes Ferreira (PSDB), com 11.189.168 votos.

Com mandato até janeiro de 2019, a parlamentar se licenciou do cargo em setembro de 2012 para assumir o Ministério da Cultura, em substituição a Ana de Hollanda. Um dos principais marcos da gestão foi a aprovação e implementação do vale-cultura (Lei 12.761/2012), que permite a empregadores concederem R\$ 50 por mês aos empregados, para aquisição de bens culturais.

Cristovam critica G20 por falta de discussão sobre educação

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou que nem a educação nem os problemas sociais tenham sido discutidos na reunião do G20, ocorrida na Austrália. O grupo reúne as 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia.

O senador observou que os governantes desses países



Jefferson Rudy/Agência Senado

discutiram saídas para a crise econômica mundial, terrorismo e segurança, mas não falaram da educação.

No entanto, recordou, a educação foi o tema principal de um encontro em Doha, no Catar, em que os participantes defenderam o aumento dos fundos para a área.

Em nota, Renan lamenta morte de Adib Jatene

Por meio de nota oficial, o presidente do Senado, Renan Calheiros, lamentou a morte do cardiologista e ex-ministro da Saúde Adib Jatene. Jatene morreu na noite de sexta-feira, aos 85 anos, devido a infarto agudo do miocárdio. Era diretor-geral do HCor e um dos pioneiros da cirurgia do coração no Brasil. Na política, atuou como secretário estadual da Saúde de São Paulo (1979-1982), no governo de Paulo Maluf, e duas vezes como ministro, na mesma área, nas gestões Fernando Collor (1992, por oito meses) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1996, por 22 meses).

Nota da Presidência do Senado

"O Brasil lamenta e chora a perda de um de seus mais brilhantes homens públicos e exemplar profissional da medicina, o professor e ex-ministro Adib Jatene.

Tive o privilégio de conviver com ele em circunstâncias diversas. Sempre foi para mim um aprendizado fecundo. Tornei-me um dos muitos admiradores de seu humanismo, de sua visão precisa e abrangente da saúde pública e de seu amor ao povo brasileiro, principalmente aos menos favorecidos e por isso mais necessitados do poder público. O legado de seu trabalho será, com certeza, aproveitado por muitas gerações.

Pioneiro em avanços na cirurgia cardíaca no país, discípulo e herdeiro das imensas qualidades do saudoso Euryclides de Jesus Zerbini, Adib Jatene se tornou, ainda em vida, patrimônio brasileiro, um homem querido pela população e respeitado dentro e fora do país.

Em nome do Senado Federal, transmito à família os mais sinceros e profundos sentimentos, e que a saudade, desde já compartilhada por todo o nosso povo, seja o conforto neste momento doloroso."

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Suplicy propõe voto de pesar por falecimento de médico



Moreira Mariz/Agência Senado

Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou ontem a morte do médico Adib Jatene e pediu a aprovação de voto de pesar e envio de condolências à família do cardiologista.

— Possa o exemplo do dr. Jatene se espalhar pelo Brasil.

Ele tantas vezes esteve nesta Casa, conversando sobre a CPMF, sobre a importância de recursos para financiar o atendimento do SUS à população brasileira — disse o senador.

Suplicy relatou que o próprio médico dizia possuir "artérias ruins" e que, por esse motivo, se não tivesse se cuidado, teria morrido cedo.

Capiberibe comemora desenvolvimento do Amapá



Moreira Mariz/Agência Senado

João Capiberibe (PSB-AP) comemorou ontem reportagens recentes que, segundo ele, demonstram o desenvolvimento exponencial do Amapá.

Publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, uma das reporta-

gens trata de projetos em portos do Norte para que o país possa ter na região sua principal saída agrícola. De acordo com a notícia, lida pelo senador em Plenário, nenhum porto no Brasil está tão perto da Ásia e da Europa como o da cidade de Santana, no Amapá. O investimento no local, segundo a matéria, vai fazer com que os custos de exportação diminuam.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Projetos sobre educação

14h Na pauta, estão o PLS 185/2012, sobre qualificação de professores, e o PLS 467/2012, sobre recuperação para estudantes de baixo rendimento.

PRESIDÊNCIA Senado Jovem

10h45 Renan Calheiros participa da posse dos jovens senadores e da eleição da Mesa do Programa Senado Jovem. Às 14h45, reunião da bancada do PMDB. Às 16h, preside a ordem do dia no Plenário.

CCT Satélite brasileiro

8h30 Audiência debate o Programa Espacial Brasileiro e o Satélite Geoestacionário de Defesa e de Comunicação.

JOVEM SENADOR Premiação e posse

9h Cerimônia de premiação dos vencedores do 7º Concurso de Redação do Projeto Jovem Senador. Em seguida, sessão de posse dos jovens senadores e eleição da Mesa do Programa Senado Jovem.

CMA Emendas à LDO 2015

9h30 Votação de emendas ao projeto da LDO 2015, a serem apresentadas à CMO.

CAE Emendas à LDO 2015

10h A comissão vota emendas ao projeto de LDO de 2015. Logo após, reunião deliberativa para discutir projetos.

CE Emendas à LDO 2015

11h Análise de projetos sobre o adiamento de feriados e do PLS 14/2013, que exclui dos limites de gastos o pagamento de professores com recursos do Fundeb. Em seguida, votação de emendas à LDO 2015.

CPMI DA PETROBRAS Requerimentos

14h30 A comissão mista se reúne para avaliar requerimentos.

CMO Recursos extraordinários

14h30 A comissão mista analisa recursos extraordinários para Executivo e Judiciário. Às 18h, retoma a análise de projetos.

MEDIDA PROVISÓRIA Farmácias

14h30 Comissão avalia a MP 653/2014, sobre exercício da atividade farmacêutica.

CCAI Convocações

16h A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência analisa requerimentos de convocação de autoridades.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Seminário com governadores eleitos permite assinatura de documento sobre cinco temas debatidos: infraestrutura, saúde, previdência social, educação e segurança pública

Senadores discutem gestão pública com TCU

O SEMINÁRIO PACTO pela Boa Governança: um retrato do Brasil, feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ontem, contou com a participação de vários senadores. O evento ocorreu no Museu Nacional da República, em Brasília, e teve o objetivo de apresentar aos governantes eleitos um documento contendo diagnóstico sobre importantes temas do país.

O evento viabilizou a assinatura da *Primeira Carta de Brasília pela Governança* e teve debates sobre cinco temas: infraestrutura, saúde, previdência social, educação e segurança pública. Cada painel foi mediado por um jornalista e teve a presença de governadores eleitos, representantes dos sistemas produtivos e presidentes de TCEs.

Antônio Aureliano (PSDB-MG) representou o presidente do Senado, Renan Calheiros.



Augusto Nardes abre evento que teve participação de Michel Temer e dos senadores Rollemberg e Antônio Aureliano

Aureliano disse que a participação do Senado no seminário é muito relevante, já que o compartilhamento entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário pode trazer eficiência para a administração pública:

— Eu considero [o evento] de extrema importância, ainda mais neste momento que o país está vivendo. Particularmente, destaco o trabalho que vem sendo feito no Senado, exemplar no que se refere a transparência e governança.

Kátia Abreu (PMDB-TO) participou, como presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), do painel sobre infraestrutura. Ela cobrou a modernização da Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) e criticou a burocracia nos licenciamentos ambientais.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) foi um dos debatedores no painel que tratou da saúde. Falando como governador eleito do Distrito Federal, ele disse que um conjunto de razões dificulta a administração da saúde pública. Em sua visão, a atenção básica à saúde reduz a pressão sobre os hospitais e deve ser incentivada.

Wellington Dias (PT-PI), governador eleito do Piauí, participou do painel sobre educação. Os senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Pedro Taques (PDT-MT), eleito governador de Mato Grosso, também estiveram presentes no seminário.

Presidente do tribunal sugere ajuste de contratos

O presidente do TCU, Augusto Nardes, declarou ontem que a repactuação de contratos pode ser uma consequência da Operação Lava-Jato. A operação da Polícia Federal que investiga desvios de recursos públicos na Petrobras prendeu nos últimos dias diretores de importantes empreiteiras, supostamente envolvidas em irregularidades com a estatal.

Nardes admitiu que a evolução do episódio pode levar a uma declaração de inidoneidade para as empreiteiras envolvidas no caso — o que as impediria de assinar contrato com o poder público. Muitas dessas construtoras são responsáveis por grandes obras de infraestrutura no país. Segundo Nardes, para evitar que “boa parte” das obras deixe de ser executada, o ideal seria a repactuação — em que novos contratos são feitos, com menos custos para os cofres públicos.

Nardes disse que o tribunal já havia alertado o governo sobre irregularidades na Petrobras em 2009. Ele, no entanto, elogiou a presidente da empresa, Graça Foster, por ser receptiva com o trabalho do TCU.

— Fico feliz porque Graça Foster disse que vai criar uma secretaria de governança — disse ele.

Governança evita corrupção, diz Nardes

A governança é um instrumento de combate à corrupção, segundo o presidente do TCU, Augusto Nardes. Na abertura do seminário, ele salientou que, sem uma boa governança, não haverá boa educação, transporte de qualidade ou segurança pública eficaz. Ele explicou que governança significa planejar, monitorar e avaliar as ações do Estado.

— Para combater a corrupção, não tem caminho mais fácil do que organizar o Estado, estabelecendo metas e objetivos — declarou Nardes.

Ele informou que o TCU estabeleceu parcerias com os tribunais de contas estaduais (TCEs), o que permitiu análise da situação de várias pastas nos estados, como segurança, saúde e educação. Nardes disse que, há alguns anos, o próprio TCU passou a exercer os princípios da governança, reformulando secretarias com ênfase na especialidade técnica, sem aumento de custo ou de pessoal.

O vice-presidente da República, Michel Temer, também esteve presente. Ele elogiou a iniciativa e disse que o tribu-

nal inaugura uma espécie de “momento político-administrativo” após as eleições, que eram um momento político-eleitoral. Temer disse que o governo apoia o movimento em favor de uma boa governança e cobrou a união pelo desenvolvimento do país. Ele acrescentou que, em uma democracia madura, a oposição ajuda a situação a governar, seja com a fiscalização, com a crítica ou com a sugestão.

— Todos nós, Executivo, Legislativo e Judiciário, devemos nos esforçar pelo bem comum — pediu Temer.

Raupp defende prazo maior para incentivos à Região Norte

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu ontem a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 7/2013, que vincula a duração dos benefícios fiscais concedidos às áreas de livre comércio e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus. A PEC, de José Sarney (PMDB-AP), foi relatada por Raupp e está pronta para votação em Plenário.

Segundo o senador, a proposta esclarece uma “confusão” legal criada a partir da lei que fixou em janeiro de 2014 o prazo de extinção para os benefícios fiscais. O prazo da Zona Franca de Manaus foi prorrogado até 2023, mas o das demais áreas, não.

— Há o risco de encerramento prematuro dos benefícios, imprescindíveis para o desenvolvimento da Região Norte. É imperativo estabelecer uma duração razoável para que os efeitos benéficos possam se concretizar.



Marcos Maniz/Agência Senado

Requião lamenta indiferença política diante da violência

Roberto Requião (PMDB-PR) manifestou preocupação com os índices da violência policial ao analisar dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública — entre 2009 e 2013, 11,2 mil pessoas foram mortas por agentes da lei. Somadas às mortes nas estradas, em acidentes de trabalho e por motivos violentos, chega-se a mais de 100 mil óbitos ao ano, disse o senador, ao criticar a indiferença da classe política diante da realidade. Para ele, essa indiferença também pode ser considerada corrupção.

— Somos ou não um país sangüinário? País cordial? Ora bolas! Neste momento assoberbam-nos assuntos de maior importância para que a morte violenta de mais de 100 mil brasileiros interrompa as nossas atividades. Mesmo porque eles são quase todos pretos, de tão pobres — afirmou, numa alusão à música *Haiti*, de Caetano Veloso.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Anibal ressalta importância do debate sobre banda larga

Anibal Diniz (PT-AC) ressaltou a importância do debate na Comissão de Ciência e Tecnologia sobre o Plano Nacional de Banda Larga. Ele afirmou que a internet é um “pilar da infraestrutura nacional” e é fundamental expandir os serviços de acesso à rede para aumentar a inclusão digital, estimular o desenvolvimento regional e disseminar o governo eletrônico.

O senador também destacou o projeto do satélite geoestacionário brasileiro para oferecer banda larga em áreas isoladas e assegurar a soberania em comunicação estratégica.

— O Brasil não pode continuar sendo dependente de fornecedores externos, com riscos nas comunicações e na infraestrutura de monitoramento. Mas, para isso, precisamos conhecer melhor a situação atual do setor e propostas de futuro — alertou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Kaká Andrade cobra combate efetivo contra a depressão

Kaká Andrade (PDT-SE) cobrou políticas públicas efetivas de combate à depressão, alertando para os elevados custos sociais da doença. Segundo o senador, a depressão atinge 350 milhões de pessoas no mundo e caminha para se tornar, em 2030, o “mal mais prevalente” do planeta, à frente do câncer.

Ele lamentou que o Brasil lidere os índices de depressão entre países em desenvolvimento. Citou denúncia sobre desassistência na rede pública e defendeu a aprovação de leis para garantir diagnóstico precoce e tratamento.

— Devemos encarar as questões que envolvem a depressão de frente, desestigmatizando-a, e lutar pelos indivíduos que sofrem com essa doença, que pode atingir qualquer pessoa, em qualquer idade, de qualquer classe social e que tira parcial ou totalmente a perspectiva de futuro — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Oposicionistas tentam evitar alteração que daria maior margem ao governo para alcançar resultado positivo nas contas. Proposta pode ser votada amanhã em comissão mista e na próxima semana pelo Congresso



Gerardo Magela/Agência Senado

Relator do PLN 36 e das emendas apresentadas ao texto, o senador Romero Jucá deve entregar parecer hoje à CMO

Projeto que muda superávit recebe total de 80 emendas

O PROJETO DE lei enviado pelo Executivo ao Congresso com o objetivo de alterar a regra de cálculo do superávit primário deste ano recebeu 80 emendas de senadores e deputados na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O PLN 36/2014 altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014 e, na prática, desobriga o governo federal de fazer superávit primário (economia para pagar juros da dívida) este ano. O texto do governo retira da LDO o teto de abatimento da meta de superávit, originalmente estabelecida em R\$ 116,1 bilhões.

Pela regra atual, o governo pode abater até R\$ 67 bilhões da meta, com base nos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das desonerações tributárias destinadas a estimular setores da produção.

Com isso, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o governo só estaria obrigado a atingir um superávit primário de R\$ 49,1 bilhões (diferen-

ça entre a meta e o teto de abatimento)

O problema é que, entre janeiro e setembro, o déficit primário (despesas maiores que receitas) chegou a R\$ 20,7 bilhões. Para chegar à meta mínima de superávit, o governo precisaria poupar quase R\$ 70 bilhões até dezembro, valor considerado difícil de atingir.

O PLN 36/2014 não estabelece um teto, abrindo a possibilidade de o governo abater da meta até o total do PAC mais as desonerações, soma que já passou de R\$ 120 bilhões. Dessa forma, o Executivo ganharia margem para, oficialmente, registrar superávit.

Com o encerramento do prazo para emendas, o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), deve apresentar parecer ao projeto hoje, de acordo com o calendário de tramitação. A votação na CMO está prevista para amanhã. Caso seja aprovada, a proposta segue no mesmo dia para a Mesa do Congresso e poderá ser votada em sessão conjunta

do Senado e da Câmara na próxima semana.

O calendário de votação foi sugerido por Romero Jucá e recebeu o aval do presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros. A redução dos prazos regimentais para a votação é encampada pelo governo. Os novos prazos substituem a estratégia de conferir o regime de urgência ao projeto.

O pedido de urgência foi encaminhado ao Congresso, na quinta-feira. Mas o governo voltou atrás por receio da judicialização do assunto. A ideia é aprovar o texto antes do recesso parlamentar, que começa em 23 de dezembro.

As emendas foram apresentadas pelos senadores Cyro Miranda (PSDB-GO), Francisco Dornelles (PP-RJ), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Paulo Bauer (PSDB-SC) e pelos deputados Mendonça Filho (DEM-PE), Esperidião Amin (PP-SC), Izalci (PSDB-DF), Arnaldo Jardim (PPS-SP), Nilson Leitão (PSDB-MT) e Domingos Sávio (PSDB-MG).

(Com Agência Câmara)

Cerca de 80% das sugestões são do PSDB

Entre as 80 emendas apresentadas, 67 são de parlamentares do PSDB, 8 do DEM, 3 do PP e 2 do PPS. Algumas delas tentam impedir que a proposta do governo retire o teto de abatimento para obtenção de superávit primário este ano, mas outras tratam de temas sem conexão com o projeto e buscam outras mudanças na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014.

Cinco emendas determinam que seja suprimido o artigo 1º do projeto, o que inviabilizaria completamente o projeto do governo, já que é esse artigo que altera a LDO. As propostas foram apresentadas pelos

senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro e pelos deputados Izalci, Nilson Leitão e Domingos Sávio.

Outros temas

Esses mesmos parlamentares apresentaram emendas tentando promover outras alterações na LDO 2014 em temas como limitação das despesas correntes discricionárias, priorização de investimentos para reforma e recuperação de escolas da educação básica, criação de cadastro informatizado unificado de obras de engenharia e serviços e não contingenciamento de áreas como segurança pública,

saúde e educação.

Uma das emenda do deputado Arnaldo Jardim tenta frustrar parcialmente a intenção do Poder Executivo. Em vez de retirar o atual teto de abatimento de R\$ 67 bilhões da LDO 2014, como propõe o Poder Executivo, o deputado sugere que o teto seja aumentado para R\$ 90 bilhões. Assim, restaria ao governo cumprir um superávit de R\$ 26 bilhões.

Por sua vez, uma das emendas apresentadas pelo deputado Mendonça Filho determina que seja mantido o atual teto de abatimento do superávit.

Comissões apresentam emendas à LDO esta semana

As comissões permanentes do Senado reúnem-se esta semana para votar as emendas a serem apresentadas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015.

Hoje reúnem-se as Comissões de Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia, de Assuntos Econômicos e de Educação.

Amanhã é a vez das Comissões de Infraestrutura, de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Constituição e Justiça, de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos.

Na quinta-feira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores. A Comissão de Agricultura não definiu agenda.

As emendas de cada uma das 11 comissões do Senado e das 22 comissões da Câmara têm de ter conteúdo restrito às competências regimentais do respectivo colegiado.

As emendas das comissões, bem como as emendas parlamentares e de bancada, deverão ser protocoladas na Comissão de Orçamento até quinta-feira.

São chamadas emendas coletivas as apresentadas por comissão permanente ou bancada estadual. As emendas individuais são as

apresentadas por deputado ou senador. Não há limite de emendas a serem apresentadas ao projeto.

Já para o Anexo de Metas e Prioridades da proposta orçamentária, há limite de até três emendas por bancada, comissão e congressista. Desde 2012, o Executivo envia ao Congresso o projeto de LDO sem esse anexo. Desde então, o Congresso inclui o documento no texto da proposta.

Por meio do Anexo de Metas e Prioridades, os congressistas podem priorizar ações públicas, tanto no âmbito da União quanto no dos estados. Na proposta orçamentária, o governo estabelece como prioridade para 2015 as ações dos Programas de Aceleração do Crescimento, Brasil sem Miséria e Minha Casa, Minha Vida.

A apresentação das emendas é feita após a aprovação do relatório preliminar da LDO 2015, ocorrida no dia 12. As emendas serão incorporadas ao relatório final da LDO 2015, que pode ser apresentado pelo relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), no dia 26.

A LDO dá origem à Lei Orçamentária Anual (LOA). O relator da LOA 2015 é Romero Jucá (PMDB-RR).



Antonio Araújo/Câmara dos Deputados

Relator da LDO, Vital do Rêgo (C): relatório final deve ser conhecido no dia 26

Parlamentares avaliam pedidos de convocação de autoridades

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência fará reunião hoje para votar requerimentos. Dois deles convocam autoridades para prestar esclarecimentos sobre suposto convênio entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o governo da Venezuela. A reunião será secreta.

A votação estava marcada para quarta-feira passada, mas uma obstrução do deputado Sibá Machado (PT-AC) impediu que os documentos fossem aprovados.

De autoria do deputado Domingos Sávio (PSDB-SP), os requerimentos pedem explicações de Wilson Trezza, diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, e de José Elito Siqueira, ministro do Gabinete de Segurança

Institucional da Presidência, sobre suposto acordo firmado em outubro entre o MST e o ministro do Poder Popular para Comunas e Movimentos Sociais da Venezuela, Elías Jaua, para "fortalecer o que é fundamental em uma revolução socialista". A notícia foi divulgada pela imprensa brasileira.

Um terceiro requerimento, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que preside a comissão, propõe audiência para debater resultados da CPI da Espionagem, instalada em 2013 a partir de denúncias de espionagem americana no Brasil, divulgadas pelo ex-funcionário da agência de segurança norte-americana (NSA) Edward Snowden. A CPI constatou a vulnerabilidade do país.

Ação da Polícia Federal que prendeu 23 pessoas, entre elas executivos de empreiteiras acusados de corrupção ativa, pode fortalecer pedidos de convocação de depoentes

Prisões acirram ânimos na CPMI da Petrobras

A SÉTIMA ETAPA da Operação Lava-Jato, que levou à prisão 23 pessoas, entre elas executivos e funcionários de nove grandes empreiteiras que mantêm contratos com a Petrobras, deve esquentar o clima na CPI Mista da Petrobras. Ontem, senadores cobraram que a comissão aprofunde as investigações e convoque para depor figuras que possam ajudar a elucidar as denúncias.

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), deu o tom do clima que deve prevalecer na reunião da CPI mista marcada para hoje, às 14h30. Na pauta, com 408 itens, há requerimentos de convocação de políticos e pessoas investigadas.

— Penso que, depois dos fatos da última semana, isso ganhou pernas próprias. A base governista não terá condições políticas de barrar o que queríamos fazer já na semana passada: convocar Leonardo Meirelles, Sérgio Machado [presidente licenciado da Transpetro] e Renato Duque [ex-diretor de Serviços da Petrobras], que está preso. Não terá mais condições. Nós vamos insistir para que haja a convocação deles na terça-feira [hoje]— declarou.

Ana Amélia (PP-RS) disse que não se pode admitir qualquer ação que desmoralize a CPI. Na semana passada, a oposição negou ter participado de acordo para evitar a convocação de políticos.

— A responsabilidade dos governistas e da oposição é com a sociedade brasileira. Têm que ser para valer as investigações e o arrolamento das testemunhas que devem aparecer. Será uma reunião decisiva, a hora da verdade.

O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), ressaltou que aprovar convocações não significa que os depoentes contarão a verdade ou mesmo que falarão. Em setembro, o ex-diretor Paulo Roberto Costa, que vem repassando informações à Polícia Federal e ao Ministério Público por meio de acordo de delação premiada, esteve na CPI, mas invocou o direito constitucional de ficar calado.

— Deixamos de trazer o Alberto Youssef exatamente por isso. Tenho clareza que simplesmente transportar um preso de um ponto para o outro não é a melhor forma de investigar. A decisão do STF não é só para quem está em delação premiada, mas



Para Aloysio, governo não evitará convocação de políticos; para Pimentel, caminho não é esse, já que depoentes se calam



para todos que se encontram presos. Vamos discutir os requerimentos, até porque temos a clareza que a CPI está investigando, sem qualquer cerceamento — disse.

Os pedidos do presidente da comissão, Vital do Rêgo (PMDB-PB), de acesso ao conteúdo da delação premiada de Paulo Roberto Costa têm sido negados pelo STF. Atualmente, a comissão aguarda decisão do ministro Luís Roberto Barroso, em mandado de segurança que questiona negativa anterior do responsável pelo processo da Lava-Jato

no Supremo, Teori Zavascki.

O líder do DEM, José Agripino (RN), avalia que, sem acesso à delação premiada, os trabalhos da CPI vão ficar sempre atrás do Ministério Público e do Judiciário. Ele menciona, porém, outro legado que pode ser deixado pela CPI:

— Na hora em que a Justiça não nos permitiu acesso à delação premiada, deu aos outros órgãos de investigação elementos dos quais a CPI não pode dispor. Em não podendo dispor, vai caber ao Congresso a tarefa fundamental de acompanhar tudo e colaborar onde

puder, se interessando a cada momento, mas fundamentalmente fazer o que ninguém pode fazer: novas leis de correção de rumo — afirmou.

O senador confirmou o interesse da oposição em criar uma nova CPI da Petrobras em 2015. As duas comissões em atividade — a mista e a exclusiva do Senado — encerrarão os trabalhos em dezembro.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), a CPI mista pode encerrar as atividades agora, uma vez que já estaria tudo provado.

— A CPMI não vai poder fazer como fez com o caso Cachoeira, que ela arquivou. Aqui não, os fatos já estão nas mãos do juiz. Eu diria que a CPMI quase não tem mais o que fazer — disse.

Por outro lado, o senador salientou que, em 32 anos de Senado, é a primeira vez que vislumbra possibilidade de punição aos corruptores.

— O Brasil finalmente chegou ao bom senso de entender que onde tiver corrupção existe um corrupto e um corruptor. No Brasil os corruptos vão para a cadeia, perdem mandato. Com os corruptores nunca aconteceu nada. Eu estou aqui há 32 anos, nem a CPI sobre corruptores conseguimos formar. Agora, de repente, aparecem os nomes, aparecem as situações — afirmou.

Para Aloysio, esquema beneficiou Dilma politicamente

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), afirmou que a presidente da República, Dilma Rousseff, se beneficiou politicamente das irregularidades envolvendo a Petrobras, apuradas na Operação Lava-Jato. Segundo o senador, o caso faz parte de um novo método de governo para formar maioria no Congresso Nacional e conseguir mais tempo de TV em campanhas eleitorais.

— Estamos diante de um fato acabrunhante. Eu não seria leviano para dizer que a presidente Dilma é pessoalmente desonesta. Mas que ela se beneficiou desse esquema, se beneficiou, eleitoralmente, politicamente. Ela fez parte de um governo sustentado na lama! E nada fez para impedir — acusou.

Apesar de ressaltar que não é favorável a um processo de impeachment, Aloysio disse que o cenário pode mudar caso haja provas inquestionáveis do envolvimento da presidente. Por outro lado, disse, não há dúvida de que Dilma é responsável por não ter agido quando deveria, ressaltou.

— Quem, durante esse tempo todo, comandou esse setor como ministra de Minas e Energia, como chefe da Casa Civil e como presidente da República? A senhora Dilma Rousseff.

O senador lembrou que a presidente poderia ter impedido, por exemplo, as irregularidades na estatal em relação às obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, objeto de alertas do Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo o

senador, com custo inicial previsto em R\$ 2 bilhões, a obra já consumiu mais de R\$ 20 bilhões e ainda não foi concluída.

Ele disse acreditar que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pretende blindar Dilma ao declarar que a oposição quer promover um terceiro turno das eleições ao explorar politicamente os resultados da Operação Lava-Jato.

O pronunciamento provocou um pequeno debate no Plenário, do qual participaram os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Roberto Requião (PMDB-PR), Anibal Diniz (PT-AC), Cyro Miranda (PSDB-GO), Ataídes Oliveira (Pros-TO), José Agripino (DEM-RN), João Capiberibe (PSB-AP) e Antônio Aureliano (PSDB-MG).

“Dilma tem que tomar uma atitude”, afirma Simon

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a presidente Dilma Rousseff precisa organizar “um governo sério e responsável, com pessoas competentes, e não apenas indicados por partidos políticos”. Para ele, é hora de ela tomar uma atitude sobre a corrupção na Petrobras.

Na sétima fase da Operação Lava-Jato, denominada Juízo Final, a Polícia Federal investiga cartel formado por empreiteiras. Elas combinavam os vencedores das licitações para obras da Petrobras e distribuíam propina de 2% ou 3% dos contratos com a estatal,



que totalizam R\$ 59 bilhões.

— Creio que o nome não é mais Lava-Jato, mas Ponto Final, Fim de Linha. Os nomes estão aí, os diretores da Petrobras que participavam estão aí, quem os indicou está aí. É partir para a execução — cobrou o senador, que pediu

a devolução do dinheiro superfaturado.

Ele lembrou que Dilma foi indicada pelo ex-presidente Lula pela experiência e competência, não por ligação com partido político. Apesar do reconhecimento, Simon disse considerar a presidente a responsável direta pelos escândalos.

Senadores apoiam o empenho no combate à corrupção

Os senadores Anibal Diniz (PT-AC) e Cristovam Buarque (PDT-DF) aproveitaram os discursos ontem em Plenário para citar também as investigações de denúncias contra a Petrobras.

Anibal pediu empenho no combate à corrupção, mas repudiou o conceito de que os governos do PT institucionalizaram a prática. Ele salientou que a Polícia Federal de hoje consegue exercer as funções com liberdade, algo que, na avaliação dele, não ocorria em governos anteriores.

O senador afirmou que, desde a chegada do PT ao Palácio do Planalto, aqueles que atentam contra o patrimô-

nio público têm que responder pelos atos na forma da lei.

Cristovam disse que o país precisa estar disposto a levar o escândalo da Petrobras às últimas consequências. O senador afirmou esperar que o Brasil saia melhor dessa situação e que se transforme num país em que não mais exista corrupção, crianças fora da escola ou filas nos hospitais

— Devemos criar um movimento transpartidário para ter um Brasil não apenas diferente, como a presidente Dilma disse que vai ser o Brasil a partir de agora, mas ter um Brasil com cara nova, onde a corrupção seja enfrentada.

Colóquio internacional Juízes e Meio Ambiente, promovido pela Comissão de Constituição e Justiça, comparou experiências de países estrangeiros com as do Brasil nas causas de proteção ambiental



Anibal Diniz (3º à esq.) preside a audiência pública com a presença de magistrados de altas cortes nacionais e estrangeiras

Juízes defendem capacitação para temas ambientais

O PAPEL DOS juízes na proteção do meio ambiente foi analisado em audiência pública na sexta-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com a participação de magistrados de altas cortes nacionais e internacionais. Para uma atuação mais efetiva, eles defenderam o fortalecimento das instituições judiciais, sobretudo com capacitação e apoio técnico. Nesse sentido, ganhou apoio a ideia da criação do Instituto Judicial Global do Meio Ambiente, para troca de experiências entre os juízes de todo o mundo nessa área.

O ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), um dos estimuladores da proposta, afirmou que o juiz não pode ser um “ator solitário” nem se manter “prisioneiro de paradigmas do passado”. Daí a importância, segundo ele, de estimular o conhecimento e a discussão em torno de novos valores, que devem também alcançar a formulação e a aplicação das leis.

— Não se trata mais de proteger o meio ambiente apenas para nós, mas para as gerações futuras, o que não pode ser feito apenas com paradigmas do passado — salientou.

Ricardo Lorenzetti, que pre-

sida a Corte Suprema de Justiça da Argentina, ressaltou que a proteção à natureza “faz parte do contrato social dos países latinos”, com normas fixadas nas constituições. No entanto, observou que os litígios são elevados. A seu ver, há necessidade de mais diálogo entre os Poderes de Estado, em busca de soluções para compatibilizar os sistemas políticos, econômicos e ambientais.

— Não bastam medidas proibitivas, mas estímulos positivos de incentivo econômico para o desenvolvimento harmônico — afirmou Lorenzetti.

Colaboração

O presidente da Corte Suprema do Chile, Sergio Muñoz Gajardo, referendou a importância da capacitação dos Judiciários em questões ambientais por meio da colaboração internacional. Para o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), João Ricardo dos Santos Costa, o Instituto Judicial Global do Meio Ambiente pode favorecer nova visão sobre o tema.

Luc Lavrysen, ministro da Corte Constitucional da Bélgica, salientou que a criação do Instituto Judicial Global é decisiva para melhorar a atu-

ação dos Judiciários, inclusive nos países desenvolvidos. Lavrysen, que também preside o Fórum de Juízes pelo Ambiente da União Europeia, disse que o acesso à Justiça continua sendo muito caro em todo mundo, o que afeta o avanço também das causas ambientais.

— É preciso mudanças para que se possa dar ao povo e às ONGs o direito de ir aos tribunais para combater as agressões ao ambiente — defendeu.

A ministra Ragnhild Noer, da Suprema Corte da Noruega, destacou iniciativas adotadas por governos de seu país para estimular indústrias sustentáveis, como taxas adicionais para as que produzem mais emissões de gases (caso da indústria petrolífera) e estímulos positivos para setores com produção limpa (como carros elétricos).

O pesquisador Nicholas Robinson, da Pace University de Nova York (EUA), registrou que cerca de 600 tribunais ambientais já funcionam em mais de 50 países. Nicholas Bryner, da George Washington University, destacou conclusões de simpósio para a promoção do estado de direito ambiental, como a inversão do ônus da prova em ações ambientais.

Paim comemora aprovação da redução de jornada de aeronauta

Paulo Paim (PT-RS) festejou ontem, em Plenário, a aprovação pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do texto que altera a jornada de trabalho dos aeronautas, aumenta o número de folgas deles e fixa normas de descanso antes e durante o voo. O PLS 434/2011, de Blairo Maggi (PR-MT), foi aprovado pela CAS na forma do substitutivo apresentado por Paim.

— Estou contente pela conquista dos trabalhadores e das empresas aéreas, mas



Waldemir Barreto/Agência Senado

principalmente pela conquista do povo brasileiro, que terá mais segurança de voo — opinou Paim, que disse esperar que os senadores cumpram acordo e não apresentem recurso para votação em Plenário. Assim, o texto seguirá para a Câmara.

O senador também citou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, do PLS 161/2009, que reduz para 6% a alíquota do INSS que os patrões pagarão aos empregados domésticos.

Figueiró presta homenagem a Ramez Tebet, morto em 2006

Ruben Figueiró (PSDB-MS) homenageou ontem, em Plenário, o senador Ramez Tebet, morto há oito anos. Ele ressaltou que Tebet dedicou a vida a defender o interesse da sociedade, tendo atuado como promotor de Justiça, prefeito, deputado estadual, governador, senador por duas legislaturas e ministro da Integração Nacional, entre outras atuações.

— O falecimento dele há oito anos representou uma perda imensa para a nação brasileira e particularmente



Jefferson Rudy/Agência Senado

para Mato Grosso do Sul, onde teve uma participação intensa na construção do novo estado.

Figueiró pediu apoio a projeto que dá o nome de Lei

Senador Ramez Tebet à lei de recuperação judicial, extrajudicial e falência de empresas (Lei 11.101/2005). Tebet foi o relator da matéria no Senado.

O senador lembrou ainda que, a partir de fevereiro de 2015, Simone Tebet, filha de Ramez Tebet, assumirá o mandato de senadora. Ela foi eleita em outubro para representar Mato Grosso do Sul.

Mozarildo cobra soluções para problemas de fronteira

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu ao governo uma solução que acabe com os constrangimentos enfrentados pelos brasileiros que visitam a Venezuela

ou vivem naquele país. Para ele, os brasileiros sofrem abusos e alguns chegam a ser presos de forma irregular.

Mozarildo disse que, na semana passada, o Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou pedido dele para que a questão seja examinada pelo bloco. O senador também



Waldemir Barreto/Agência Senado

pediu que os dois países negociem uma saída diplomática para o problema que envolve a faixa de fronteira na região de Pacaraima, em Roraima.

Ele explicou que, pela regulamentação do acordo sobre a fronteira entre os dois países, nada pode ser construído na área. A decisão, porém, só saiu após muitas construções terem sido erguidas. Para Mozarildo, demolir as construções seria uma violência com quem vive na região.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burtle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Em audiência, especialistas pediram maior participação dos times em campanhas de responsabilidade social, como o uso de frases contra o preconceito nos uniformes

Debate sugere ação dos clubes contra racismo

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) deve sugerir aos clubes brasileiros que gravem nos uniformes mensagens contra o racismo. A ideia foi apresentada ontem em audiência interativa para tratar do preconceito racial no futebol.

A assessora da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República-Deise Benedito sugeriu que a campanha seja adotada em novembro, mês da consciência negra. Ela defendeu o envolvimento direto dos clubes em ações de responsabilidade social.

— Eles atingem diretamente uma massa de jovens e têm um contato muito direto com o público — argumentou.

Na opinião de Deise, o racismo ainda ocorre devido à certeza da impunidade. No entanto, para ela, a prisão não é a melhor opção:

— A ofensa passa pela impunidade. E punir não passa necessariamente pela prisão, mas por medidas pedagógicas e socioeducativas para a que pessoa tenha consciência do erro praticado.

O ouvidor nacional da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir),



Dirigente do Grêmio, Adalberto Preis defende o clube da acusação de racismo, em debate presidido por Paulo Paim (C)

Carlos Alberto Júnior, chamou a atenção para o pequeno número de negros nas direções e nos comandos técnicos dos clubes brasileiros.

Das 20 equipes que disputam a Série A do campeonato nacional, lembrou, apenas o Fluminense tem um treinador negro: Cristóvão Borges.

Carlos Alberto Júnior informou que a Seppir procurou a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para aprimorar a campanha Somos Iguais, de combate ao preconceito, lançada pela entidade esportiva em abril.

Segundo o ouvidor, uma das propostas analisadas é criar uma ferramenta, possivelmente um aplicativo de internet, para que o torcedor denuncie casos de racismo na hora em que ocorrerem, dentro ou fora dos estádios.

— Em 2014, houve cinco casos de racismo no futebol. Então, é importante que verifiquemos o que está acontecendo. O combate ao racismo é algo tão importante que o legislador deu a ele status constitucional. É um crime de potencial ofensivo gravíssimo, porque, apesar de não ferir de

morte, fere a alma e o orgulho da vítima — afirmou.

O vice-presidente do Grêmio, Adalberto Preis, disse que o clube foi injustiçado no caso de preconceito racial contra o goleiro Aranha, do Santos, no jogo disputado pelas duas equipes em 28 de agosto, em Porto Alegre. Na opinião do dirigente, quiseram imputar a responsabilidade e a característica de racista ao clube, que, afirmou, tem tradição de ser multirracial.

Preis lembrou que, de um público de 32 mil pessoas presentes à Arena Grêmio, 4

torcedores foram indiciados em inquérito policial e denunciados à Justiça.

— Eu não tiro nada da importância que foi dada ao fato. Mas, do ponto de vista da imputação ao clube e em se tratando de uma conduta de poucos torcedores, houve exagero e injustiça.

O dirigente disse que o Grêmio é o único clube no Brasil que tem uma estrela dourada em sua bandeira representando um jogador negro: Everaldo Marques da Silva, campeão mundial pela Seleção Brasileira em 1970. Além disso, acrescentou, o autor do hino do clube é um negro: Lupicínio Rodrigues.

O advogado Ronaldo Tolentino, da Comissão Especial de Direito Desportivo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), lembrou que a legislação estabelece que o time é responsável pelas atitudes dos torcedores no próprio estádio.

— O Grêmio não é racista. Mas parte da torcida, num ato infeliz, praticou um crime. E o clube, na alegria ou na tristeza, é responsável pela sua torcida — disse Tolentino, durante o debate presidido pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Comissão discutirá hoje lançamento de satélite brasileiro

O Programa Espacial Brasileiro será discutido hoje, em audiência pública interativa, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O tema é a implantação do Satélite Geoestacionário de Defesa e de Comunicação (SGDC) e dos satélites de coleta de dados.

O satélite geoestacionário, que deverá ser levado à órbita terrestre em 2016, ampliará a cobertura das redes de dados brasileiras, alcançando municípios que têm problemas de acesso à telefonia e à internet. Também dificultará a interceptação de dados estraté-

gicos, além de proporcionar demanda por tecnologia desenvolvida no país. O assunto foi debatido, no ano passado, em audiência da Comissão de Infraestrutura (CI).

Foram convidados para a audiência representantes do Instituto Nacional de Pesquisas

Espaciais (Inpe); do Ministério da Defesa; da Visiona Tecnologia Espacial, responsável pela integração do sistema do SGDC; da Telecomunicações Brasileiras (Telebras); do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor

Aeroespacial; do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e da Agência Espacial Brasileira (AEB).

A audiência, requerida pelo senador Anibal Diniz (PT-AC), acontecerá na sala 7 da Ala Alexandre Costa.



Satélite deve melhorar acesso à internet e dificultar interceptação de dados

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 8h30

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CCTsateliteEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CCTsateliteAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211
▶ Taquigrafia: http://bit.ly/comissaoCiencia	

Projeto abre ao capital externo mercado de assistência à saúde

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá dar o primeiro passo para abrir o mercado de assistência à saúde a investimentos estrangeiros, se aprovar hoje projeto de lei do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Esse é um dos três setores protegidos pela Constituição, ao lado do sistema financeiro e da comunicação social.

A proposta (PLS 259/2009) estabelece as hipóteses em que pode ser admitido o in-

gresso de empresas e capitais não nacionais no setor. O relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), apresentou texto substitutivo que restringe a quatro os casos em que isso será permitido.

O primeiro abrange as doações de organismos internacionais vinculados às Nações Unidas (ONU) e de entidades de cooperação técnica, bem como os financiamentos e empréstimos.

A segunda hipótese envolve serviços de saúde sem finali-

dade lucrativa mantidos por empresas, para atendimento de empregados e dependentes, sem nenhum ônus para a seguridade social.

A terceira alcança serviços hospitalares, ambulatoriais e auxiliares de diagnóstico e terapia. E a quarta contempla casos eventualmente previstos em legislação específica.

O substitutivo altera o artigo 23 da Lei 8.080/1990, que veda a participação direta ou indireta de empresas ou

de capitais estrangeiros na assistência à saúde. O mesmo impedimento é previsto no artigo 199 da Constituição, exceto nas situações disciplinadas em lei.

No relatório, Vital lembra que, pouco após a promulgação da Constituição, o Brasil iniciou reformas liberalizantes da ordem econômica que abriram dez atividades econômicas ao capital estrangeiro, “uma das demandas do paradigma da globalização”.



Projeto de Flexa lista as hipóteses que admitem dinheiro estrangeiro

Educação é prioridade para jovens senadores

Enquanto finalistas do projeto em 2014 simulam o exercício de um mandato, Plenário do Senado prepara-se para votar projetos de lei sugeridos por estudantes em anos anteriores

Paulo Cezar Barreto

NA SEMANA EM que Brasília recebe os 27 estudantes selecionados na edição 2014 do Projeto Jovem Senador, pela primeira vez o Plenário da Casa votará projetos de lei derivados de sugestões apresentadas por participantes da ação em anos anteriores. Duas propostas serão votadas amanhã e tratam do tema dominante entre as preocupações dos adolescentes que representam as unidades federativas: educação.

O PLS 185/2012, sugerido em 2011 pela estudante baiana Adrielle Souza, modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tornando obrigatória a comprovação de qualificação dos professores em exercício ou contratados para lecionar no ensino básico. O PLS 467/2012 determina que os sistemas de ensino identifiquem, até o final do primeiro bimestre letivo, os estudantes dos ensinos fundamental e médio com baixo rendimento ou baixa frequência, para incluí-los em plano de recuperação especial. A sugestão foi da jovem senadora Rafaela de Souza e Silva, que representou Mato Grosso em 2011.

Edição 2014 confirma predomínio feminino

O resultado do concurso de redação deste ano confirmou o predomínio da bancada feminina. Em 2014, exercerão mandato 19 jovens senadoras. Além disso, as três primeiras colocações no certame ficaram com meninas: Nathalia Lima Janones, de Mato Grosso (1º lugar); Ana Paula Schwengber, de Rondônia (2º); e Maria Jéssica Silva de Almeida, de Pernambuco (3º).

As escolas das três primeiras colocadas recebem computadores para uso coletivo dos alunos. Todos os finalistas ganham um laptop, uma medalha e um certificado de participação.

Paulo Mohn elogia a tendência de aumento do número de jovens senadoras.

— Isso é muito importante diante da discussão sobre a baixa participação das mulheres no Parlamento. A iniciativa acaba incentivando, desde a juventude, o interesse feminino na atividade legislativa.

Ao anunciar o resultado do concurso de redação, em 7 de outubro, o senador Paulo Davim (PV-RN), presidente da comissão coordenadora do projeto, celebrou o crescimento da iniciativa e a importância



Recebidos ontem por diretores do Senado, estudantes serão assessorados por consultores da Casa durante a elaboração e discussão de sugestões para projetos de lei

Caso passem no Senado, os projetos irão para a Câmara. Se também forem aprovados, seguirão a sanção presidencial.

Várias outras propostas em análise pelas comissões temáticas do Senado resultam do esforço dos jovens senadores em vivenciar o processo de discussão e elaboração das leis.

O Projeto Jovem Senador seleciona anualmente estudantes do ensino médio de escolas públicas dos estados e do Distrito Federal, de até 19 anos, por meio de um concurso de redação. Os autores das 27 melhores redações — um por unidade da Federação — são

levados a Brasília, onde exercem um mandato de três dias, no qual simulam a atuação dos senadores da República.

Ontem, os finalistas de 2014 foram recebidos por diretores do Senado e pelo diretor-geral e secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira. Hoje, os estudantes tomam posse como jovens senadores.

— A rotina desses estudantes nesta semana será intensa. Eles terão uma experiência enriquecedora do verdadeiro exercício da democracia. Ao retornarem para os estados, serão referência na formação política — afirmou Bandeira.

na qualificação do processo democrático.

— Eles levam uma semente de cidadania. Todo ano trazemos apenas 27 jovens. Mas, quando eles voltam para seus estados, socializam com seus colegas a experiência vivenciada aqui. Ao longo do tempo, construímos o conceito do Senado Federal e a importância do voto como instrumento de transformação social. É um trabalho de longo prazo, mas vamos colher os frutos lá na frente — avaliou o parlamentar.

Os 27 estudantes simularão mandatos de senador. Eles vão eleger Mesa Diretora — presidente, vice-presidente, primeiro-secretário e segundo-secretário — e formarão três comissões temáticas (Gestão e Financiamento da Educação, Assuntos Educacionais e Direitos Humanos e Meio Ambiente). Também vão discutir e votar projetos, tanto nas comissões quanto em Plenário. Os projetos são publicados no *Diário do Senado Federal* e encaminhados, como sugestões legislativas, para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado. As

sugestões recebem pareceres dos senadores e, se aprovadas, são convertidas em projetos de lei do Senado. Daí em diante, tramitam normalmente.

Pela primeira vez no Jovem Senador, os professores orientadores das redações selecionadas acompanham os alunos na viagem a Brasília e participam de uma programação específica. Também é a primeira vez em que o concurso de redação não estabelece uma idade mínima para participação. Segundo o vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), a mudança na regra se deveu ao apelo de uma estudante do ensino médio, de 15 anos, que escreveu à comissão organizadora pedindo a alteração.

Na edição 2013, a atividade dos jovens senadores resultou na apresentação de seis proposições, das quais duas já tramitam como projetos de lei do Senado: a proposta que cria o Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira (PLS 251/2014) e a que dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável em edifícios de propriedade da União (PLS 252/2014).

O consultor-geral legislativo do Senado, Paulo Mohn, lembrou que a equipe de consultores da Casa vai contribuir na elaboração das propostas que serão feitas pelos estudantes.

— Os 27 estudantes vão vivenciar na prática como é difícil construir, com visões distintas, a solução de um problema — afirmou.

De 2008 a 2010, houve apenas o concurso de redação. Em 2011, os finalistas passaram a vir a Brasília. Em 2014, houve 103.650 inscrições nos concursos de redação das escolas. Cada estado selecionou as três melhores redações e as enviou ao Senado, onde uma comissão julgadora avaliou e classificou os textos.

Os finalistas deste ano e suas redações

AC	Maria Caroline da Silva Wiciuk	"Análise histórica: o passaporte para o Brasil do futuro"
AL	Táise Lima dos Santos	"Viagem ao oceano do progresso"
AP	Lucas Rocha de Melo	"Os desafios da equiparação inter-regional no Brasil"
AM	Nataly Gonzaga Prestes	"Propostas e projetos para um Brasil melhor"
BA	Claudinéia Costa Oliveira	"Brasil, um sonho intenso"
CE	Jorge Tadeu Torres	"O sonho de trazer água pro meu sertão"
DF	Noemi Tavares Martins	"No Senado Federal"
ES	Juliana Prudencio de Souza	"Senador, consciência pública da vontade de um país"
GO	Jaqueline Ferreira da Silva	"Fome de quê, juventude?"
MA	Elide Andressa de Andrade Rodrigues Severo	"Jovens na política"
MT	Nathalia Lima Janones (1º lugar nacional)	"Uma educação que transforma"
MS	Carlos Henrique dos Santos Justino	"A competência de ser um senador contemporâneo"
MG	Anna Rita de Cascia Carvalho Barbosa	"Mudança ainda que tardia"
PA	Raquel Iara Lavareda Jamararu	"Educação é a base de tudo!"
PB	Kaique Porto Almeida	"O nosso futuro está em jogo"
PR	Maria Cristiane Andrade	"Protagonismo cidadão"
PE	Maria Jéssica Silva de Almeida (3º lugar nacional)	"Lei boa é lei cumprida"
PI	Leilliane Gomes da Silva	"Vamos mostrar o nosso valor"
RJ	Mateus Valle Sottani de Souza	"Remodelando valores"
RN	José Patrocínio Dantas Neto	"Se eu fosse senador..."
RS	Renata Brautigam Marques	"Parlamento jovem, um novo espaço para a democracia"
RO	Ana Paula Schwengber (2º lugar nacional)	"Honra e honestidade"
RR	Bruna Silva Figueira de Souza	"Ser senador é ser cidadão"
SC	Suyanne Paula Schwade Giroto	"Senado: projetando o nosso futuro"
SP	Gabriel de Paula Campos	"O senador que faz a nação brilhar"
SE	Ricardo Ruan Rocha Santana	"Senador, um herói de carne e sonhos!"
TO	Ana Paula Mendes de Oliveira Medrado	"Uma senadora operária"

Saiba mais

Conheça os jovens senadores e leia o que eles escreveram
www.senado.leg.br/jovensenador

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania